

# A Participação da Mulher na Organização Socioespacial de Comunidades Pesqueiras: Um Estudo de Caso na Reserva Extrativista Baía do Iguape - BA

*Women's Participation in the Socio-Spatial Organization of Fishing Communities:  
A Case Study in the Iguape Bay Extractive Reserve - BA*

**Marina Morena Figueiredo**  
Universidade Federal da Bahia  
morenamarina@yahoo.com.br

## Resumo

Este trabalho visa analisar a organização espacial das comunidades pesqueiras a partir da lógica do desenvolvimento capitalista e seus desdobramentos no modo de vida dos grupos que fazem parte de reservas extrativistas marinhas. A análise geográfica adotada na investigação incorpora as relações de gênero, trazendo para o debate a divisão do trabalho e o uso dos recursos naturais decorrentes tanto das diferenças sociais estabelecidas entre homens e mulheres como das variadas relações socioespaciais. O trabalho feminino na atividade da pesca foi privilegiado, tomando como base as ações femininas desenvolvidas nas práticas cotidianas da Reserva Extrativista Baía do Iguape.

Palavras-chave: Mulher; pesca; produção e reprodução do espaço.

## Abstract

This paper aims to analyze the spatial organization of fishing communities from the logic of capitalist development and its implications on the livelihoods of groups that are part of marine extractive reserves. Geographic analysis adopted in this research incorporates gender relations, bringing to debate the division of labor and the use of natural resources originated both by the established social differences between men and women and by the varied socio-spatial relations. The female labor in fishing activity was privileged, based on the actions developed by females in the daily practices of the Extractive Reserve of Iguape Bay.

Keywords: Woman; fishing; production and reproduction of space.



## A Participação da Mulher na Organização Socioespacial de Comunidades Pesqueiras: Um Estudo de Caso na Reserva Extrativista Baía do Iguape - BA

### Introdução

A mulher sempre participou dos processos sociais de produção do espaço. No entanto, nas últimas décadas, houve significativo reconhecimento da importância da participação da mulher nos espaços públicos e privados. Tal fato vem motivando, também, transformações de ordem prática no cotidiano social. Isto se deu graças à emancipação da mulher frente a uma hierarquização dos espaços de trabalho públicos e privados, responsável pela subvalorização do papel da mulher nas atividades produtivas.

Essa desigualdade de relações procede de um processo histórico de advento do patriarcado, que atribuía ao homem a função social de prover a casa e a família, atuando no espaço público, isto é, no mercado e na política. À mulher cabia a função social de reprodução, tendo como o espaço de sua responsabilidade o espaço doméstico e as funções que a ele se refere. O espaço da mulher historicamente tem sido o privado, e é por isso que, para analisar a participação da mulher na produção do espaço, em especial na pesca artesanal, é necessário estudar o seu papel nas duas esferas e o modo como estes se relacionam.

As conquistas da mulher em relação à sua inserção no mercado de trabalho trouxeram novas questões e reflexões sobre a produção do espaço em comunidades pesqueiras tradicionais, fazendo com que o uso e a ocupação dos espaços públicos sejam alterados continuamente. Desse modo, fazem-se necessárias análises socioespaciais que considerem a contribuição de conceitos como patriarcado, divisão sexual do trabalho, produção e reprodução, divisão de espaços em públicos e privados, assim como relações de gênero na análise do espaço, identificando como estas relações influenciam nos processos sociais de organização do espaço em comunidades pesqueiras.

Desta forma, considera-se nesse trabalho a especificidade e o uso diferenciado dos recursos pesqueiros, fundamentado nas relações em que homens e mulheres estabelecem entre si, e com a natureza mediadas pelo trabalho na pesca artesanal. Identifica-se que na pesca a mulher sempre exerceu papel importante, seja na cadeia produtiva pós-captura, no tratamento do pescado para a venda e na confecção e remendo de malhas para pesca, seja como pescadora e marisqueira.

Cada vez mais a mulher, também, tem aumentado sua participação na vida política, nas associações, como líderes comunitárias de comunidades pesqueiras e presidentes de colônias de pescadores. Cabe dar visibilidade e ênfase ao papel da mulher nas distintas formas de apropriação e uso destes espaços bem como

avaliar a participação das mulheres nos processos decisórios destas comunidades. Deste modo, procura-se identificar as estratégias das mulheres para a ocupação e o ordenamento das comunidades pesqueiras, apontando as especificidades da participação da mulher na pesca, na cadeia produtiva do pescado e nas associações de pescadores.

Para tanto, foi realizada uma pesquisa na reserva extrativista Baía do Iguape, situada no recôncavo baiano, com um grupo social representado pelas marisqueiras e pescadoras. Os métodos de procedimento utilizados para realização deste trabalho foram: o estudo de caso, a pesquisa ação, a observação participativa, além de levantamento bibliográfico.

Foram avaliadas, a partir de levantamentos em campo, as áreas mais representativas do ponto de vista da prática desta atividade, no caso o município de Maragojipe, pois este abrange a maior parte da RESEX. A pesquisa-ação e a observação participativa visaram registrar os fatos acontecidos e em desenvolvimento de forma interativa com a comunidade, através de técnicas de atividades em grupo, com a utilização de entrevistas e questionários interdisciplinares e participativos de forma a debater os pontos levantados nas perguntas.

Como forma de discutir e sistematizar os resultados, neste artigo, em um primeiro momento, será analisada a contribuição dos conceitos desenvolvidos no âmbito das teorias feministas para as análises socioespaciais e em um segundo momento como estes conceitos podem ser utilizados como categorias de análise socioespacial, identificando como influenciam nos processos sociais de organização do espaço em comunidades pesqueiras.

### As Teorias Feministas e suas Contribuições para Análise Socioespacial

A discussão empreendida sobre as teorias feministas visa, neste trabalho, levar em consideração a participação da mulher na construção dos processos socioespaciais. Assim, a análise geográfica aqui adotada pretende incorporar as relações de gênero nas diferenças sociais entre homens e mulheres e nas diferenças territoriais ocasionadas pelo uso diferenciado do espaço realizado por homens e mulheres em comunidades pesqueiras.

Schefler, apoiada nas considerações de Martínez, cita a seguinte passagem: “A Geografia tem considerado a sociedade como um conjunto neutro, assexuado e homogêneo, sem estabelecer as profundas diferenças que se verificam entre homens e mulheres na utilização do espaço” e reafirma a necessária

## A Participação da Mulher na Organização Socioespacial de Comunidades Pesqueiras: Um Estudo de Caso na Reserva Extrativista Baía do Iguape - BA

incorporação da perspectiva de gênero à Geografia (SCHEFLER, 2002, p. 25<sup>1</sup>).

Inicialmente os estudos sobre as mulheres se deram a parte da academia, com estudos políticos e não científicos. No entanto, o movimento feminista percebeu a necessidade de uma forma de produção acadêmica que considerasse as relações entre os sexos. Infelizmente essa discussão ainda é incipiente na produção acadêmica geográfica no Brasil<sup>2</sup>.

Primeiramente as feministas buscaram desenvolver o conceito de patriarcado para explicar a existência de uma estrutura hierárquica masculina do poder ao qual estão sujeitas as mulheres. Segundo Costa (1998), as feministas definem o patriarcado como um sistema sexual de poder, como organização hierárquica masculina da sociedade que se perpetua através do matrimônio, da família e da divisão sexual do trabalho.

Entretanto, este conceito recebeu diversas críticas por sua vinculação biológica às categorias de homens e mulheres, que na verdade é uma construção social. Apesar das críticas a este conceito, o mesmo contribuiu para o entendimento da apropriação capitalista das relações de produção e reprodução e da falsa dicotomia entre espaços públicos e privados.

No que tange à produção e reprodução das relações de trabalho, Rivera (1993) afirma que uma das estruturas fundamentais do patriarcado é a forma básica de organização das sociedades em parentesco. Segundo esta autora, quando os homens se apropriam da reprodução das mulheres e de sua produção, elas se tornam subordinadas e desta forma o patriarcado se organiza em um modo de produção doméstica, articulado em torno de um grupo explorado que seriam as mulheres.

Para Gadol (1992) as relações de produção são o determinante básico da divisão sexual do trabalho e, portanto quanto mais diferenciados estão os domínios domésticos e públicos, mais pertencem o trabalho e a propriedade a grupos claramente diferenciáveis. Assim, para esta autora as desigualdades entre os sexos estão ligadas ao controle da propriedade e as mulheres acabam constituindo uma parte dos meios de produção e do modo de trabalho privado da família. De fato as mulheres realizam trabalhos não remunerados, diversos, nos espaços domésticos.

Percebe-se que a divisão sexual do trabalho baseia-se em uma diferença sexual inscrita nas práticas e nos fatos e é construída pelos discursos que as fundam e as legitimam, discursos estes masculinos que estabelecem inferioridade das mulheres. Segundo Costa (1998):

O sistema patriarcal mantém estereótipos que caracterizam a 'personalidade feminina', tais como: emotividade, conservadorismo,

passividade, consumismo, etc. Estereótipos que permitem à mulher desenvolver satisfatoriamente seu papel nas esferas domésticas, onde as relações sociais se desenvolvem de forma afetiva/emocional e não a preparam totalmente para a atividade política, essência da esfera pública, onde as relações se dão à imagem e semelhança do mundo masculino (COSTA, 1998, p. 49).

Assim, superar a diferença de enfoque entre a vida privada e a vida das mulheres é um passo importante para desfazer a separação que estabelece como excludentes os espaços das atividades de trabalho e da vida cotidiana, das esferas públicas e privadas, que desvalorizam as atividades femininas no interior do lar, privando a mulher de remuneração por esse trabalho ao mesmo tempo em que a priva de realizar outros trabalhos no âmbito público. Para Escandón (1999), é a partir da separação entre os espaços de trabalho e os espaços de reprodução da vida doméstica que se acentuam as diferenças entre os indivíduos homens e mulheres.

É importante frisar que os acontecimentos de ordem pessoal também são políticos e o que acontece no âmbito privado sustenta as relações no âmbito público. Também é válido ressaltar que o Estado que regulamenta o público interfere na estrutura familiar, sendo entendida a família como uma instituição social que é um produto histórico suscetível de modificações. Para Costa (2005):

Ao afirmar que 'o pessoal é político', o feminismo trás para o espaço da discussão política as questões até então vistas e tratadas como específicas do privado, quebrando a dicotomia público-privado base de todo o pensamento liberal sobre as especificidades da política e do poder político (COSTA, 2005, p. 2).

No entanto, mesmo com as contribuições do conceito de patriarcado ligado ao sistema capitalista, de produção e reprodução que incluía as dimensões econômicas, políticas, sociais e as relações de poder, as feministas buscavam outro conceito que sintetizasse as relações hierárquicas estabelecidas entre homens e mulheres e que abarcasse as relações entre os mesmos.

A partir desta busca foi construído o conceito de gênero que, segundo Jelin (2002), de modo esquemático envolve: a) uma forma predominante de divisão sexual do trabalho (produção e reprodução); b) a diferenciação de espaços e esferas sociais ancoradas no gênero (uma esfera pública visível/uma esfera

## A Participação da Mulher na Organização Socioespacial de Comunidades Pesqueiras: Um Estudo de Caso na Reserva Extrativista Baía do Iguape - BA

privada invisível); c) relações de poder e distinções hierárquicas, que implicam cotas diferenciadas de reconhecimento, prestígio e legitimidade; d) relações de poder dentro de cada gênero (baseadas na classe e no grupo étnico); e) a construção de identidades de gênero que coincidem com outras dimensões diferenciadoras, produzindo uma identidade masculina ancorada no trabalho, na provisão e na administração do poder, enquanto a identidade feminina está ancorada no trabalho doméstico e na maternidade.

Assim, o conceito de gênero para Rago (1998, p. 27) “desnaturaliza as identidades sexuais e postula uma dimensão relacional do movimento constitutivo das diferenças sexuais”. De fato, este conceito propõe que se pense a construção cultural das diferenças sexuais, negando o determinismo biológico, incorporando a dimensão simbólica e o imaginário social, construindo, assim, o entendimento de gênero como um conceito que agrega a dimensão social e cultural da diferença sexual, que implica na perspectiva da construção social dos gêneros e, ao mesmo tempo, nega sua universalidade. (SILVA, 2009).

Nas definições de gênero, Scott foi quem, ao ver da maioria das feministas, avançou com uma construção prática deste conceito. Segundo ela o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e como um modo primário de significar relações de poder (apud PINSKY, 2009)<sup>3</sup>. Este conceito envolve quatro elementos que operam em conjunto: a) símbolos, que evocam múltiplas representações; b) conceitos normativos, que evidenciam as interpretações e os significados dos símbolos; c) política, instituições e organização social, noções e referências que devem ser incluídas nas análises; d) identidade subjetiva. Assim, gênero é tanto produto das relações de poder, quanto parte da construção dessas próprias relações.

Com isto o conceito de gênero revela o aspecto relacional entre homens e mulheres, no qual “nenhuma compreensão de qualquer um dos dois poderia existir através de um estudo que os considerasse totalmente em separado, aspecto fundamental para descobrir a amplitude dos papéis sexuais” (SOIHET, 2007, p.288).

Este aspecto relacional, no entanto pode ser entendido como complementaridade dos sexos. Neste sentido, se a complementaridade da conta de uma realidade em que a associação da mulher e do homem revela-se necessária, ela apaga o fato de que a distribuição de tarefas possui, apesar de tudo, um sistema de valor hierárquico. Ainda de acordo com Soihet (2000):

A complementaridade torna-se um princípio de hierarquização dos papéis, e tem-se, na

verdade, uma relação com uma complementaridade de subordinação, ou 'de oposição complementar', que não apaga as divergências e convergências de interesses, as desigualdades de direitos, as relações contraditórias entre homem e mulher. (SOIHET, 2000, p. 7).

Neste sentido deve-se manter a visão da complementaridade dos sexos e dos trabalhos realizados pelos mesmos sem perder de vista que estes incluem em si relações desiguais de poder. Percebe-se assim que para análises socioespaciais que pretendem ressaltar as diferenças na utilização dos espaços por homens e mulheres, torna-se fundamental que as mesmas se deem à luz das teorias feministas.

Silva (2003, p. 36) afirma que para fazer uma Geografia Feminista, deve-se ter como ponto central dos estudos geográficos o entendimento de que “mulheres e homens têm se posicionado diferentemente no mundo e, sendo assim, suas relações com os lugares são diferentes também”.

Para Rago (1998) o feminismo produziu tanto uma crítica contundente ao modo de produção da ciência quanto propõe uma maneira alternativa de operação e articulação desta produção. Deste modo, neste trabalho, busca-se uma análise comprometida com o desmantelamento de uma ciência que se diz neutra e objetiva, mas que de fato sempre tomou o homem branco e ocidental como sujeito universal, no intuito de contribuir com a adoção de epistemologias feministas na Geografia, assumindo a perspectiva feminista na construção do saber.

### Relações de Gênero na Pesca e na Organização Socioespacial de Comunidades Pesqueiras em Reservas Extrativistas Marinhas

A atividade pesqueira é tida como uma prática essencialmente masculina. Na realidade existe uma divisão sexual do trabalho nas comunidades pesqueiras e muitas mulheres sobrevivem da pesca, geralmente da mariscagem, por ser esta uma atividade de menor prestígio dentro da pescaria. Estas mulheres têm nos manguezais costeiros o seu espaço de trabalho e fonte de subsistência, devido em parte a sua exclusão da pesca em alto mar.

Ramalho (2006, p. 59) afirma que a pesca embarcada é um trabalho por excelência masculino, no qual não se permite a presença feminina, devido às representações de que a mesma não possui força física, de que deve ficar em terra cuidando da criação dos

## A Participação da Mulher na Organização Socioespacial de Comunidades Pesqueiras: Um Estudo de Caso na Reserva Extrativista Baía do Iguape - BA

filhos e “de que sua presença em uma embarcação repleta de homens simplesmente não daria certo, dentre outras coisas”. Assim sendo, coube às mulheres dominarem as margens das regiões estuarinas, dos rios e dos manguezais.

Desta forma, o cotidiano na 'maré' adéqua a rotina das marisqueiras às suas funções sociais na esfera reprodutiva. Podemos então compreender a arte de mariscar a partir da divisão sexual do trabalho na medida em que esta assegura o comprimento das tarefas diárias relacionadas à figura feminina como os cuidados com o lar e com os filhos.

A mariscagem é assim atividade predominantemente feminina. Pode ser considerada pesca artesanal, pois se caracteriza por uma pesca de baixo impacto ambiental, realizada através de instrumentos rudimentares, muitas vezes confeccionados pelas próprias marisqueiras. A diferenciação entre pescadores e marisqueiras se dá porque o uso do espaço é diferente nas distintas artes de pesca. No entanto, a mulher também participa da pesca praticada por homens, pois cabe a elas tratar o pescado trazido do mar e muitas vezes comercializá-los nas feiras.

Na Baía do Iguape a mariscagem faz parte do contexto social de diversas famílias, sendo uma prática cotidiana vivenciada entre as comunidades, como fonte de renda e alimentação, conforme relatos em campo. Muitas marisqueiras afirmam ter a pesca como única alternativa à falta de emprego em Maragogipe, Bahia.

A pesca como atividade a ser priorizada nas reservas extrativistas marinhas interessa diretamente às mulheres enquanto pescadoras e familiares de pescadores, que participam da cadeia produtiva da pesca, atuando no modo de vida das comunidades pesqueiras. Deste modo, evidencia-se a produção da mulher nos circuitos produtivos pesqueiros. Segundo Santos (2008, p.56) os circuitos de produção seriam “as diversas etapas pelas quais passariam um produto desde o começo do processo de produção até chegar ao consumo final”.

De fato, com a divisão sexual do trabalho, pode-se identificar que as relações de gênero influenciam nas estratégias de sobrevivência de muitas famílias que se organizam tanto na esfera produtiva, quanto na esfera reprodutiva, em função de tarefas realizadas no âmbito dos espaços domésticos, mas que correspondem a trabalhos da cadeia produtiva da pesca realizados pelas mulheres.

Na reserva extrativista, Baía do Iguape, as mulheres, majoritariamente, desenvolvem seu trabalho na cadeia produtiva da mariscagem, no processo de coleta, transporte, tratamento (limpeza e fervura) e posterior cata do marisco, tarefas estas realizadas nos

espaços públicos e privados (FIGUEIREDO, 2010). No entanto, elas também realizam outras atividades como: a limpeza dos peixes trazidos do alto mar e a comercialização dos mesmos nas feiras. Essas atividades agregam valor ao pescado vendido, mas não são remuneradas, assim como a atividade de conserto das redes dos maridos e filhos pescadores, tarefa necessária para a manutenção da produção.

Deste modo, demonstra-se a desvalorização e a invisibilidade do trabalho feminino nas comunidades pesqueiras. Percebe-se que o trabalho da mulher está ligado ao sistema produtivo da pesca, sendo fundamental o reconhecimento da importância do trabalho feminino desempenhado nos espaços privados e em conjunto com a família. Para Maneschky:

Muito do que fazem (as mulheres) não se destina ao mercado e não é visto, portanto, como trabalho, mesmo quando se trata de tarefas que permitem aos homens pescar: cozinhar, costurar velas de canoa, confeccionar armadilhas de pesca para o marido e os filhos, fazer o café e o carvão que eles levam a bordo, remendar roupas de trabalho. (MANESCHY, 2000, p. 85).

Do mesmo modo, as mulheres na Baía do Iguape participam ativamente da pesca, e contribuem para que seus companheiros e filhos possam realizar suas atividades pesqueiras. Ademais, estas mulheres, através da mariscagem, complementam a renda da família. Muitas são responsáveis diretas pelo sustento familiar. Mesmo as marisqueiras que não são responsáveis diretamente pela alimentação da família investem seus ganhos gerados com a venda dos mariscos em melhorias da habitação, vestuário, pagamento de contas, compra de outros alimentos e principalmente com a educação dos filhos conforme relatos em campo. Ao mesmo tempo, estas mulheres, cumprem o papel de transmissoras de ofício, na medida em que os pescadores e marisqueiras, geralmente, iniciam-se na pesca desde a infância.

Entretanto, recentemente, notáveis avanços na legislação tendem a mudar a realidade do trabalho da mulher na pesca. A Lei nº 11.958 de 26/06/2009 reconhece como pesca os trabalhos realizados em terra que fazem parte da cadeia produtiva da pesca, concedendo direitos universais dos trabalhadores às mulheres que trabalham no beneficiamento do pescado.

Não obstante a esta conquista verifica-se que a concessão de direitos universais dos trabalhadores, como aposentadoria, cobertura social, além de licença maternidade para as mulheres não garante a

## A Participação da Mulher na Organização Socioespacial de Comunidades Pesqueiras: Um Estudo de Caso na Reserva Extrativista Baía do Iguape - BA

efetividade de todos os direitos e nem mudanças no padrão de comportamento entre homens e mulheres. Para Costa, Passos e Sardenberg (2000) “as lutas feministas na perspectiva da igualdade expressa pelas conquistas dos direitos civis, não lograram uma efetiva transformação nas relações assimétricas de gênero” (apud SCHEFLER, 2002, p 254).

Segundo Scheffler (2002, p.257) a separação no estudo dos fenômenos sociais e econômicos “corresponde a uma divisão artificial que impede uma adequada apreensão dos processos, os quais são, ao mesmo tempo, econômicos, sociais e políticos”. Ainda segundo esta autora, a noção de trabalho na sociedade capitalista não corresponde a real noção de trabalho vivenciada pelas pescadoras e também pelo trabalho artesanal/tradicional de forma geral, pois nestes casos, o trabalho nem sempre é possível de ser contabilizado por indivíduo por ser despendido coletivamente pelo grupo familiar.

De fato, secularmente, o homem trabalha e a mulher 'ajuda', na casa não se trabalha, desenvolvem-se atividades reprodutivas, tais como cuidado dos filhos, da cozinha, do artesanato e o ganho proveniente destas atividades, quando existe, é invisível. O trabalho da mulher, não sendo reconhecido, sugere que ele não gera valor econômico e social.

Nas práticas cotidianas das marisqueiras na Baía do Iguape é difícil mensurar o trabalho, na medida em que este é descontínuo e é realizado muitas vezes de forma alternada com as atividades domésticas. O trabalho não cessa com a retirada do marisco do mangue. Pelo contrário, este é beneficiado (catado) pelas marisqueiras e sua família, revelando a importância do trabalho feito em casa na atividade de mariscagem. Por certo, as mães trabalhadoras dependem da ajuda de seus filhos. Segundo De Francisco (2011):

(...) a especificação das tarefas atribuídas por gênero e idade são possíveis pela ampliação do conceito de trabalho que incorporou todas as atividades que objetivam a produção de bens e serviços desenvolvidas na esfera pública ou privada. Isso possibilitou a amarração da questão do trabalho feminino às relações de trabalho e à família. Ou seja, atualmente, a questão do trabalho feminino passa pelas relações de trabalho e família. (DE FRANCISCO, 2011, p. 33).

Verifica-se que, apesar das modificações nas características básicas de trabalho que estão ocorrendo, geradas pela crise econômica e pelas mudanças tecnológicas, o núcleo familiar ainda tem grande

importância na estruturação do sistema da pequena produção mercantil pesqueira (DIEGUES, 2000 apud ROCHA, 2010). Deste modo, percebe-se que o trabalho da mulher na pesca é marcado pela variabilidade do tempo e do espaço na produção, assim como a irregularidade na quantidade produzida e a compatibilidade com as tarefas domésticas na realização de processos da cadeia produtiva da pesca.

Segundo Castro (2001) para as mulheres pescadoras, a relação entre família e trabalho é realizada através da concepção do tempo social e do tempo individual que encontrasse mediado pela percepção sobre o tempo da natureza. Assim suas jornadas de trabalho agregam dimensões de tempo integradas ao cotidiano, provenientes de relações complexas com os ritmos e os fluxos da natureza.

Portanto, para a real visibilidade do trabalho feminino na pesca faz-se necessário catalogar as atividades, da cadeia produtiva da pesca, realizadas pelas mulheres, a mudança nos registros estatísticos para divulgação dos dados relativos à pesca, por gênero, assim como a inclusão no cadastro da previdência social das doenças que acometem as pescadoras, além de programas de capacitação contínua das mulheres no beneficiamento do pescado.

No que tange à participação da mulher nos processos políticos e decisórios, estes tem aumentado no setor pesqueiro. Essa maior participação nos espaços públicos possibilita o exercício da ação em conjunto. Segundo Arendt o espaço público é aquele em que o ser humano se comunica e age junto com os outros (apud ABREU, 2004)<sup>4</sup>. De fato a presença da mulher nas associações de pescadores e nas direções de colônias de pescadores em todo o país evidencia a preocupação das mulheres com o ordenamento territorial.

As reservas extrativistas marinhas, espaços de uso sustentável, têm como objetivo o ordenamento territorial em comunidades pesqueiras com vistas a contribuir com a gestão e extração dos recursos marítimos pelas populações tradicionais. Segundo Prost (2009):

A proposta das reservas extrativistas se insere em uma lógica na qual a sustentabilidade ambiental se conjuga com aprendizagem e consolidação da cidadania em várias dimensões: política, através do exercício do poder nas instâncias comunitárias e no Conselho Deliberativo; sócio-econômica, pelo manejo comunitário dos recursos naturais e outros projetos de geração de emprego e renda; cultural com a promoção e valorização de manifestações e

## A Participação da Mulher na Organização Socioespacial de Comunidades Pesqueiras: Um Estudo de Caso na Reserva Extrativista Baía do Iguape - BA

práticas locais. (PROST, 2009, p.177).

De tal modo, constata-se que é fundamental a participação da mulher nos processos decisórios das reservas extrativistas e este deve ocorrer a partir do empoderamento das lideranças femininas nas comunidades pesqueiras. Para Beauvoir (1970, p. 75) "a igualdade só se poderá restabelecer quando os dois sexos tiverem direitos juridicamente iguais, mas essa libertação exige a entrada de todo o sexo feminino na atividade pública".

Ademais, se faz necessária a incorporação da perspectiva de gênero no contexto das políticas voltadas à sustentabilidade da pesca artesanal. É através da realocação de poder e dos recursos estratégicos que serão possíveis, outras possibilidades de escolha para a mulher e, como tal, tornar possíveis outras estratégias que visem a sustentabilidade considerando valores de equidade e justiça social.

No mais, é preciso um envolvimento não só das mulheres, mas da comunidade, da sociedade, do governo, das instituições de apoio e das agências de financiamento. Para tanto, segundo Simonian (2001, p.62), será necessária toda uma revolução cultural e "nesta perspectiva, ainda que tensas, antagônicas ou mesmo, violentas, as relações de gênero são fundamentais".

### Considerações Finais

A análise geográfica, aqui adotada, pretendeu levar em consideração o papel da mulher na construção dos processos sociais. Dentro do contexto da pesca artesanal, por ser uma atividade de extrema relevância nas reservas extrativistas marinhas e influenciar a economia e a cultura das comunidades pesqueiras, buscou-se, neste trabalho, dar maior visibilidade à real participação das mulheres na formação do espaço em questão.

Para Sen (2010, p. 246) as mulheres são vistas cada vez mais, "como agentes ativos de mudança: promotoras dinâmicas de transformações sociais que podem alterar a vida das mulheres e dos homens". Para tanto, políticas públicas que considerem o papel e a importância da mulher se fazem necessárias, incorporando a perspectiva de gênero no contexto das políticas em âmbito nacional, principalmente as políticas dirigidas à sustentabilidade da pesca artesanal, reconhecendo a mulher como agente de desenvolvimento aliado à conservação dos recursos pesqueiros.

Estas políticas têm que levar em consideração a dupla jornada de trabalho feminino, visto que há relações desiguais entre os sexos nas relações sociais

presentes nas diversas instituições sociais, nos símbolos, códigos, práticas e discursos. Apesar de conquistas, as mulheres ainda são responsáveis por assegurar a manutenção e a reprodução da família.

Ademais, as mulheres por seu conhecimento e uso do espaço complementar ao dos homens, devem ter sua voz ouvida na formulação de leis e demais normas jurídicas. Ouvir a voz das mulheres é também reconhecer a especificidade de seu ofício com seu tempo e locais de trabalho e seu papel primordial na constituição da família, promovendo, no caso da pesca, sustentabilidade ambiental e também social.

---

<sup>1</sup> Apud Martínez, 1995.

<sup>2</sup> Apesar de incipiente, destaca-se nos estudos geográficos a diversa produção realizada, desde 2003, pelo Grupo de Estudos Territoriais (GETE), de Ponta Grossa (PR), sobre a realidade socioespacial generificada.

<sup>3</sup> Em seu artigo Pinsky cita várias obras de Scott, publicadas em diversos períodos.

<sup>4</sup> Abreu cita várias obras de Arendt, publicadas em diversos períodos.

### Referências

ABREU. Maria Aparecida. **Hannah Arendt e os limites do novo** – Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2004.

BEAUVOIR. Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 4ª Ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

BRASIL. **Lei nº 11.958 de 26/06/2009**. Dispõe sobre a transformação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República em Ministério da Pesca e Aquicultura.

CASTRO, Edna. Prefácio. In: SIMONIAN, Ligia. **Mulheres da Amazônia brasileira: entre o trabalho e a cultura**. Belém: UFPA/NAEA, 2001, p. 15.

COSTA, Ana Alice. O movimento feminista no Brasil: Dinâmicas de uma intervenção política. **Labrys. Estudos feministas**, v. 5, n. 2, p. 9 – 35, 2005.

## A Participação da Mulher na Organização Socioespacial de Comunidades Pesqueiras: Um Estudo de Caso na Reserva Extrativista Baía do Iguape - BA

- COSTA, Ana Alice. **As donas no poder: Mulher e política na Bahia**. Salvador: NEIM/UFBA - Assembléia Legislativa da Bahia, 1998.
- DE FRANCISCO, Maria Luiza Oliveira. Geografia de Gênero e Trabalho Familiar: Algumas Considerações. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 2, n. 1, p. 27 – 36, 2011.
- ESCANDÓN. Carmem Ramos. Historiografía. Apuntes para un debate en femenino. **Debate Feminista**, v. 20, n. 10, p. 131-157, 1999.
- FIGUEIREDO, Marina. **A mariscagem e a conservação dos manguezais na reserva extrativista marinha (resex) da Baía do Iguape – BA**. 2010. Monografia (Graduação em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- GADOL, Joan Kelly (Org). La relación social entre los sexos; implicaciones metodológicas de la historia de las mujeres. In: ESCANDÓN, Ramos. (org). **Gênero e História**. México: Instituto Mora/UAM, 1992, p. 110 – 135.
- JELIN, Elisabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI Editores, 2002.
- MANESCHY, M<sup>a</sup> Cristina. Da casa ao mar: os papéis das mulheres na construção da pesca responsável. **Proposta**, v. 84/85, p. 82 – 91, 2000.
- PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de Gênero e História Social. **Revista Estudos Feministas**, v. 17, n. 1, p. 159 – 189, 2009.
- PROST, Catherine. Troca de saberes tendo em vista uma gestão ambiental participativa. **Geotextos**, v. 5, n. 1, p. 165 – 179, 2009.
- RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pilar. (Orgs.) **Masculino, Feminino, Plural**. Florianópolis: Mulheres, 1998, [Disponível em [http://www.bibliotecafeminista.org.br/index.php?option=com\\_remository&Itemid=53&func=startdown&id=236](http://www.bibliotecafeminista.org.br/index.php?option=com_remository&Itemid=53&func=startdown&id=236)].
- RAMALHO, Cristiano Wellington. **'Ah, esse povo do mar!': um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana**. – São Paulo: CERES (Centro de Estudos Rurais do IFCH – UNICAMP), 2006.
- RIVERA, Maria Milagros. Una aproximación a la metodología de la historia de las mujeres. In: OZIEBLO, Barbara (Org) **Conceptos y metodología em los estudios sobre la mujer**. Málaga: Universidad de Málaga, 1993, p.19 - 42.
- ROCHA, Michelle da Silva Pimentel. **Mulheres, manguezais e a pesca no estuário do Rio Mamanguape, Paraíba**. 2010. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia**. 6<sup>a</sup> ed. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- SCHEFLER, Maria de Lourdes. **Mulheres guardiãs da Terra e da vida: Um estudo de caso sobre o papel multifuncional da mulher na organização familiar**. 2002. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia). Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- SCHEFLER, Maria de Lourdes. Mulheres guardiãs da Terra e da vida: Proposições para uma análise do espaço na perspectiva de gênero. In: FERREIRA, Silvia Lucia; NASCIMENTO, Enilda Rosendo do. **Imagens da mulher na cultura contemporânea**. Salvador: NEIM/UFBA, 2002, p. 247 – 265.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SILVA, Joseli Maria. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de Gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional**, v. 8, n.1, p. 31 - 45, 2003.
- SILVA, Joseli Maria. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas de ciência geográfica. In: SILVA, Joseli Maria. **Geografias subversivas: discurso sobre espaço, gênero e sexualidade**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009, p. 93 – 114.
- SIMONIAN, Ligia. **Mulheres da Amazônia brasileira: entre o trabalho e a cultura**. Belém: UFPA/NAEA, 2001.
- SOIHET, Rachel. A História das mulheres. Cultura e poder das mulheres. Ensaio de Historiografia. **Revista Gênero**, v. 2, n. 1, p. 7 – 30, 2000.



**A Participação da Mulher na Organização Socioespacial de Comunidades Pesqueiras: Um Estudo de Caso na Reserva Extrativista Baía do Iguape - BA**

SOIHET, Rachel. PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**, v. 27, n. 54, p. 281 – 300, 2007.

**Recebido em 27 de janeiro de 2012.  
Aceito em 01 de janeiro de 2013.**

**Marina Morena Figueiredo**

**85**